



Número: **0137414-66.2024.8.17.2001**

Classe: **Inquérito Policial**

Órgão julgador: **12ª Vara Criminal da Capital**

Última distribuição : **02/12/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0064151-35.2023.8.17.2001**

Assuntos: **Quebra do Sigilo Bancário**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
<b>Central de Inquéritos da Capital (CENTRAL DE INQUÉRITO)</b>	
<b>JOSE ANDRE DA ROCHA NETO (INVESTIGADO(A))</b>	
	0
	0
	0
	0
	0
	0
	0
	0
	0
<b>RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA (INVESTIGADO(A))</b>	
	0
	0
	0
	0
<b>AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES ROCHA (INVESTIGADO(A))</b>	
	0
	0
	0
	0
	0
	0
	0
	0
<b>IVALDO BATISTA LIMA (INDICIADO(A))</b>	
	0
	0
	0
	0
	0
<b>THIAGO LIMA ROCHA (INVESTIGADO(A))</b>	

	0 0 0 0
--	------------------

Outros participantes	
Subprocuradoria - Geral de Justiça em Assuntos Jurídicos (PROCURADOR(A) GERAL DO MP)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
192169811	09/01/2025 11:57	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**12ª Vara Criminal da Capital**

Avenida Desembargador Guerra Barreto - Fórum do Recife, S/N, Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, Ilha Joana Bezerra,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-900 - F:( )

Processo nº **0137414-66.2024.8.17.2001**

CENTRAL DE INQUÉRITO: CENTRAL DE INQUÉRITOS DA CAPITAL

INVESTIGADO(A): THIAGO LIMA ROCHA, JOSE ANDRE DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES  
ROCHA, RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA

INDICIADO(A): NIVALDO BATISTA LIMA

### DECISÃO

Trata-se de pedido formalizado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, conforme ID nº 189779792, que em síntese requer o “ARQUIVAMENTO da investigação em relação aos investigados NIVALDO BATISTA LIMA, JOSÉ ANDRÉ DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES ROCHA, THIAGO LIMA ROCHA e RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA, pelas imputações nos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa, baseadas nos RIF’s 109047 e 111646, ante a inexistência de elementos que demonstrem que os valores das operações suspeitas neles indicadas são provenientes de infração penal, e em razão da absoluta inexistência de correlação dessas movimentações com o investigado DARWIN HENRIQUE DA SILVA FILHO, possível contraventor do jogo do bicho, e suas empresas; e nas imputações baseadas no RIF 92445, relativamente a operações bancárias que não se relacionarem ao investigado DARWIN HENRIQUE DA SILVA FILHO e suas empresas”.

Na decisão de ID nº 190188277, foi analisada a manifestação do Ministério Público, através dos representantes do GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, conforme consta no documento de ID nº 189779792 (com a correção do ID nº 189196773).

Considerando as razões apontadas pelos membros do GAECO, e após a análise cuidadosa da manifestação do Ministério Público, **este juízo decidiu por indeferir o pedido de arquivamento parcial do inquérito**

**policial.** O pedido de arquivamento não se sustenta, uma vez que a manifestação do Parquet demonstrou a existência de indícios suficientes que recomendam a continuidade das apurações, conforme os elementos e provas apresentados até o momento.

Em conformidade com o disposto no art. 28 e art. 28-A, § 14º, ambos do Código de Processo Penal, e com base no comando do art. 10, inciso IX, alínea D da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), determinei a remessa imediata dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a fim de que se delibere sobre os encaminhamentos a serem tomados na sequência do presente inquérito.

Na Decisão de ID nº 191047518, assinalado pela Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Jurídicos NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO, que em resumo:

1. “INSISTE no arquivamento das investigações em relação aos investigados NIVALDO BATISTA LIMA, JOSÉ ANDRÉ DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES ROCHA, THIAGO LIMA ROCHA e RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA”.
2. “INSISTE na remessa dos documentos ao Ministério Público paraibano para a adoção das medidas que entenderem pertinentes”.
3. “Por fim, esta Subprocuradoria entende que devem ser continuadas as investigações em relação a DARWIN HENRIQUE DA SILVA FILHO, suas empresas, e a Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos, por existirem fortes indícios de práticas de atividades empresariais ilícitas, ratificando a necessidade de vinda definitiva aos autos de todas as diligências requisitadas, com o relatório resultante das quebras de sigilos bancário e fiscal indispensáveis à formação da opinio delicti”.

Ainda não satisfeita, com os elementos trazidos pelo Ministério Público de Pernambuco, assinalado pela Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Jurídicos NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO, que requereu novamente o arquivamento, este juízo compreendeu que “Por último, **é contraditório e incompreensível insistir em um pedido de arquivamento enquanto, simultaneamente, requer-se a remessa de documentos ao Ministério Público da Paraíba** para a adoção de medidas adicionais. A postura de "insistir no arquivamento" dos investigados NIVALDO BATISTA LIMA, JOSÉ ANDRÉ DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES ROCHA, THIAGO LIMA ROCHA e RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA, ao mesmo tempo em que se solicita o envio dos autos para que o Ministério Público da Paraíba tome as providências que entender pertinentes, **configura uma postura ambígua e sem clareza**”, conforme Decisão de ID nº 191259353.

E assim, na Decisão de ID nº 191259353, asseverou que “Em respeito ao sistema acusatório, que exige



clareza e objetividade na atuação do órgão ministerial, restituo os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para que esta se manifeste de forma inequívoca e decidida, deixando claro o que pretende: ou o arquivamento, com todos os efeitos legais que lhe são inerentes, ou a continuidade das investigações, com o consequente impulso das medidas necessárias à apuração dos fatos”.

**Assim, no dia 19.12.2024, às 18:53:46, em Decisão assinalado pela Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Jurídicos NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO, foi retirado a DETERMINAÇÃO de arquivamento do feito em relação aos investigados NIVALDO BATISTA LIMA, JOSÉ ANDRÉ DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES ROCHA, THIAGO LIMA ROCHA e RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA.**

**É o relatório. Decido.**

De acordo com o princípio da obrigatoriedade, o Ministério Público deve formular um juízo de valor sobre o conteúdo do Inquérito Policial, para avaliar a existência ou não de elementos suficientes para fundamentar a acusação.

Caso não encontre tais elementos, como a tipicidade do fato, indícios de autoria, condições de procedibilidade ou punibilidade, cumpre requerer ao juiz o arquivamento.

É o caso do presente Inquérito Policial, no qual o Ministério Público de Pernambuco, no exercício de suas atribuições legais, requereu o arquivamento, tendo em vista que não há elementos suficientes que justifiquem o oferecimento de denúncia. Considerando que o Titular da Ação Penal, órgão responsável pela propositura da ação, optou por não apresentar denúncia, em conformidade com o disposto no art. 28 do Código de Processo Penal, determino o arquivamento do presente Inquérito Policial, ressalvando-se, porém, o disposto no art. 18 do mesmo diploma legal, que prevê a possibilidade de reabertura do procedimento caso surjam novas provas.

Na oportunidade, levanto todas as medidas cautelares que pesam em desfavor dos indiciados **NIVALDO BATISTA LIMA, JOSÉ ANDRÉ DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES ROCHA, THIAGO LIMA ROCHA e RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA.**

**Comunique-se a Polícia Civil de Pernambuco para que proceda a restituição dos bens dos cidadãos NIVALDO BATISTA LIMA, JOSÉ ANDRÉ DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA**



**HENRIQUES ROCHA, THIAGO LIMA ROCHA e RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA, que por ventura estejam apreendidos.**

**Comunique-se a Polícia Federal que não mais pesam sobre os cidadãos NIVALDO BATISTA LIMA, JOSÉ ANDRÉ DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES ROCHA, THIAGO LIMA ROCHA e RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA, nenhuma medida cautelar de restrição de deslocamento que refira-se aos autos 0022884-49.2024.8.17.2001, denominada operação integrations.**

**Comunique-se a Capitania dos Portos para retirada das restrições das embarcações, que por ventura tenha sido apreendidas, em nome dos cidadãos NIVALDO BATISTA LIMA, JOSÉ ANDRÉ DA ROCHA NETO, AISLLA SABRINA TRUTA HENRIQUES ROCHA, THIAGO LIMA ROCHA e RAYSSA FERREIRA SANTANA ROCHA.**

**Levante-se às restrições do SISBAJUD, RENAJUD e CNIB.**

**Atribuo à presente decisão força de ofício.**

Por último, cabe observar que o Ministério Público de Pernambuco, manifestou-se no presente processo, no que pertine ao ID de nº 191098035, intimação de ID nº 191526242, porém tais IDs fazem referência ao Processo Originário o Nº 0022884-49.2024.8.17.2001. Portanto, determino a extração da Manifestação Ministerial de ID nº 191733466 e sua juntada nos autos do processo nº 0022884-49.2024.8.17.2001, por ser afeto a tais autos e juntado neste feito equivocadamente.

Após as anotações, dê-se imediata baixa na distribuição.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Recife-PE, data da assinatura eletrônica.

**ANDREA CALADO DA CRUZ**

**JUÍZA DE DIREITO**





Este documento foi gerado pelo usuário 001.\*\*\*.\*\*\*-95 em 09/01/2025 14:37:20

Número do documento: 25010911570841600000187347726

<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25010911570841600000187347726>

Assinado eletronicamente por: ANDREA CALADO DA CRUZ - 09/01/2025 11:57:08